

# DDHH NA IGREJA

## SUGESTÃO DE TRABALHO

### LIVRO LATINOAMERICANA

Ao longo de vários séculos, a Igreja Católica se opôs formal e oficialmente aos DDHH descobertos e proclamados pela sociedade moderna. A maior parte destes direitos está expressamente desacreditada e recusada em documentos solenes dos papas do sec. XIX e começo do sec. XX. Somente em 1963, com a encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, a Igreja Católica se reconciliou com os DDHH, aprovando-os para a sociedade, mas sem terminar de acolhê-los na Igreja. De fato, são muitos os tratados internacionais para a sua aplicação que o Vaticano ainda não tem assinado.

Está na hora de mudança e de câmbio,, é bom que os cristãos, individualmente e em comunidade, se confrontem com esta realidade, estudem a temática e tomem uma posição: os DDHH têm vigor na Igreja? Nós, como cristãos, temos consciência dos nossos direitos e deveres no seio da vida eclesial? Pode ser evangelizadora e pretender ser “luz para o mundo” uma Igreja que não dá sinal verde aos DDHH no seu seio? Quais são os DDHH que não são plenamente aceitos e respeitados na Igreja? O que podemos fazer para nos conscientizarmos disso e para que sejam reconhecidos?

Já faz anos que estão circulando pelas Igrejas Cristãs propostas do que poderia ser uma “Constituição” para a Igreja, um documento oficial que, respeitando as peculiaridades e diferenças próprias de cada Igreja, jogue o papel que representa uma Constituição nos países democráticos, isto é, expressando e salvaguardando os deveres e direitos básicos de seus membros.

O professor Leonard Swidler, do Departamento de Religião da Universidade de Temple, Philadelphia, EUA, coordenou a elaboração de um texto que, desde então, continua disponível na rede e está sendo estudado por muitos grupos e comunidades. Pode ser procurado na nossa página de informação e materiais complementares ([latinoamericana.org/2015/info](http://latinoamericana.org/2015/info)), como um texto útil para debater o tema. Pode-se enviar comentários para o endereço ali indicado.

Existem muitas outras iniciativas de revisão crítica dos DDHH nas Igrejas. Qualquer uma delas pode servir de base para uma reflexão/ação da comunidade cristã. 